

**RESOLUÇÃO Nº 16/2013**  
(Publicada no Diário Oficial de 22/05/2013)

Ver Resolução nº 07/05, devido benefícios concedidos.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à PINHEIRO MAYER EMBALAGENS DO NORDESTE LTDA.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 46 do inciso I, do Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE e do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA, aprovado pelo Decreto nº 7.798, de 05 de maio de 2000 e considerando o que consta do processo SICM nº 1100120019226,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder à PINHEIRO MAYER EMBALAGENS DO NORDESTE LTDA., CNPJ nº 07.129.275/0001-79 e IE nº 065.392.388NO, instalada no município de Lauro de Freitas, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**I** - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações saídas de artefatos têxteis a partir de tecidos (big bags), com prazo contado a partir de 1º de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2020.

**II** - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

**a)** pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Por se tratar de projeto de ampliação o crédito presumido previsto no inciso I, do art. 1º somente será aplicado às operações de saídas mensais de mercadorias que excederem ao valor de R\$ 2.005.598,91 (dois milhões, cinco mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos), atualizados pela variação acumulada do IGP-M a partir de novembro de 2012.

**Art. 3º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 4º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala de Sessões**, 14 de maio de 2013.

**JAMES SILVA SANTOS CORREIA**  
Presidente